

A SIMBÓLICA LITERÁRIA DA JUSTIÇA: A PUNIÇÃO DOS CORRUPTOS FRAUDADORES NO INFERNO DANTESCO

Francisca Cecília de Carvalho Moura Fé¹
Wilson Franck Junior²

Resumo: A crise da modernidade deu-se com a progressiva ruptura entre a ética e a política, indissociáveis no antigo ocidente. Os casos de corrupção política parecem ser exclusividades da atual sociedade, mas poetas medievais, como Dante Alighieri, registraram nas suas artes as consequências desse mal na vida dos cidadãos de suas épocas. Diante disso, o presente artigo pretende explicitar a simbólica literária da justiça quanto à punição dos corruptos fraudadores na *Divina Comédia*, especificamente por meio do livro *Inferno*, do poeta italiano Dante Alighieri. A alegoria do inferno dantesco apresenta uma estrutura arquitetônica da justiça ao atribuir as punições de acordo com os pecados, crimes cometidos, destinando, assim, os condenados a um lugar na geografia espiral do inferno. Objetiva-se, de modo primário, investigar o perfil de atuação do corrupto a fim de compreender a lógica da justiça punitiva sob o olhar de valoração do Dante-personagem a partir de sua compreensão das punições divinas. O trabalho tem como metodologia empregada a pesquisa bibliográfica de caráter hipotético-dedutivo. E o estudo foi realizado por meio do acesso às seguintes bases de dados e materiais disponíveis e de livre acesso, que reúne uma coleção descentralizada e dinâmica de informações a respeito do conhecimento científico na área do direito.

Palavras-chave: Corrupção; Dante Alighieri; Divina Comédia; Fraude; Justiça punitiva.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7230-7093>. E-mail: ceciliamourafe@gmail.com.

² Universidade Estadual do Tocantins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7492-9635>. E-mail: wilsonfranckjunior@gmail.com.

The literary symbols of justice: the punishment of corrupt fraudsters in dantesque hell

Abstract: The crisis of modernity arose with the progressive rupture between ethics and politics, which were inseparable in the ancient West. Instances of political corruption may seem exclusive to contemporary society, but medieval poets such as Dante Alighieri documented the consequences of this evil in the lives of citizens of their time. In light of this, the present article aims to elucidate the literary symbolism of justice regarding the punishment of corrupt fraudsters in "The Divine Comedy," specifically through the book "Inferno" by the Italian poet Dante Alighieri. The allegory of Dante's Inferno presents an architectural structure of justice by assigning punishments according to sins and crimes committed, thus assigning the condemned a place in the spiral geography of Hell. The primary objective is to investigate the profile of the corrupt's actions to understand the logic of punitive justice from the perspective of Dante as a character, based on his understanding of divine punishments. The methodology employed in this study is a hypothetical-deductive bibliographic research approach. The study was conducted through access to various databases and freely accessible materials, which comprise a decentralized and dynamic collection of information regarding scientific knowledge in the field of law.

Keywords: Corruption; Dante Alighieri; Divine Comedy; Fraud; Punitive justice.

INTRODUÇÃO

A crise da modernidade trouxe consigo uma progressiva ruptura entre a ética e a política, uma união que era indissociável no antigo ocidente. Embora os casos de corrupção política pareçam ser exclusividades da atual sociedade, poetas medievais, como Dante Alighieri, já registravam em suas obras as consequências desse mal na vida dos cidadãos de suas épocas. Neste contexto, o presente artigo tem o objetivo de explorar a simbólica literária da justiça em relação à punição dos corruptos e fraudadores na obra *Divina Comédia*, especificamente no livro *Inferno*, do poeta italiano Dante Alighieri.

Commedia – ou *Divina Comédia*, como foi adjetivada por Boccaccio – ilustre poema épico e alegórico, desvela-se majestosa em seus cem cantos, meticulosamente divididos em três distintas partes: *Inferno*, *Purgatório* e *Paraíso*. Tal obra é um compêndio que amalgama as ideias do poeta italiano, assim como as perspectivas da Idade Média em seu todo. Nesse poema, o virtuoso protagonista, Dante, ergue-se num devaneio transcendente, projetando-se através dos três reinos insondáveis do além: inferno, purgatório e paraíso. De mão hábil, Virgílio, guia nos domínios do inferno e purgatório, e Beatriz, celestial mentora no paraíso, conduzem-no em sua peregrinação mística. Nessas esferas imbuídas de significado, Dante entrelaça-se com figuras do seu tempo e de tempos imemoriais, aforando juízos morais sagazes acerca delas e de suas ações. Com exímia erudição, compartilha, ademais, suas ideias científicas, sociais e políticas, atribuindo à existência humana significância profunda, enraizada em sua essência moral e religiosa.

A alegoria do inferno dantesco apresenta uma estrutura arquitetônica da justiça, na qual as punições são atribuídas de acordo com os pecados e crimes cometidos, destinando, assim, os condenados a um lugar específico na geografia espiral do inferno. A partir desta representação, Dante transmite uma visão simbólica das consequências inevitáveis das ações corruptas e fraudulentas, enfatizando a importância da justiça divina na busca pelo equilíbrio moral.

O principal objetivo da presente pesquisa é investigar o perfil de atuação do corrupto, a fim de compreender a lógica da justiça punitiva sob o olhar valorativo de Dante – também personagem da obra – a partir de sua compreensão das punições divinas. Através da análise das diversas representações de corruptos e fraudadores ao longo do *Inferno*, busca-se compreender as motivações, características e impactos de suas ações na sociedade.

A metodologia empregada neste trabalho é por meio da pesquisa bibliográfica de caráter hipotético-dedutivo. A análise se baseia na literatura e na hermenêutica, ao explorar e interpretar o poema *Divina Comédia*, de forma a compreender a simbologia e os significados profundos por trás da punição dos corruptos fraudadores retratada no poema. Ademais, busca-se identificar os elementos simbólicos, imagéticos e retóricos utilizados pelo autor para representar a justiça divina e a punição dos corruptos. Importa analisar como Dante utiliza a linguagem poética, a alegoria e os símbolos para transmitir suas ideias e visões em relação à justiça e à moralidade. A abordagem hermenêutica envolve, pois, a interpretação e a compreensão profunda do significado dos elementos presentes na obra de Dante. Isso permite explorar as intenções do autor, o contexto histórico e cultural em que a obra foi escrita, e as possíveis influências e referências presentes no poema.

Dessa forma, por meio do estudo da simbólica literária da justiça na *Divina Comédia*, em especial no livro *Inferno*, busca-se trazer à tona a relevância atemporal da obra de Dante Alighieri. Ao examinar as punições reservadas aos corruptos e fraudadores, o artigo procura lançar luz sobre as reflexões do poeta italiano acerca da natureza humana, a corrupção e a busca pela justiça em uma sociedade marcada por crises e desafios morais. Através dessa análise, espera-se contribuir para um maior entendimento das implicações éticas e políticas que a obra dantesca carrega consigo, revelando a atemporalidade das questões levantadas pelo poeta há séculos.

A justiça é um tema recorrente na literatura e tem sido abordada de diversas formas ao longo da história. O referido poeta italiano do século XIV soube explorar de maneira única a simbólica literária da justiça ao apresentar uma visão complexa a respeito da justiça e de suas diversas facetas. Nesta introdução, exploraremos especificamente a dimensão da

justiça como punição aos corruptos e fraudadores na obra dantesca. Ao longo de sua viagem através dos reinos infernais, o poeta italiano retrata uma sociedade desordenada, corroída pela corrupção e ganância, apresentando um olhar crítico sobre as consequências nefastas da injustiça e do desvio moral.

Ao analisar as descrições e encontros de Dante com diversas almas condenadas, pode-se identificar uma representação simbólica dos diferentes tipos de punição reservados para aqueles que se entregaram aos atos corruptos e fraudulentos. Nesse contexto, o poeta aborda a justiça divina, onde cada pecador enfrenta punições proporcionais aos seus crimes cometidos em vida. Por meio das palavras vívidas e imagens alegóricas, Dante constrói uma narrativa que transcende sua época, abordando questões morais e éticas universais que continuam a ecoar na sociedade contemporânea. Além disso, a obra também reflete a visão política e social do autor, que critica abertamente a corrupção e a injustiça presentes em sua realidade histórica.

Dessa forma, esta análise pretende mergulhar nas profundezas da *Divina Comédia*, enfatizando a simbólica literária da justiça, especificamente focalizando na punição dos corruptos e fraudadores conforme retratados por Dante Alighieri. Ao fazê-lo, espera-se trazer à luz a relevância atemporal dessa obra-prima da literatura e compreender como suas reflexões acerca da justiça ainda ressoam na sociedade contemporânea.

AS CONCEPÇÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS DA JUSTIÇA E SUA SIMBÓLICA NA LITERATURA DANTESCA

A concepção da justiça é um tema que tem ocupado a mente dos filósofos e pensadores. Desde as antigas civilizações até as sociedades modernas, diferentes ideias de justiça têm

sido propostas e debatidas. Na filosofia antiga, pensadores como Platão e Aristóteles exploraram a noção da justiça como uma virtude fundamental que consiste em dar a cada um o que lhe é devido, seja por suas ações ou por suas características intrínsecas. Essas concepções histórico-filosóficas da justiça estabeleceram as bases para o entendimento do tema ao longo dos séculos.

Uma das representações mais icônicas e simbólicas da justiça na literatura é encontrada na obra de Dante Alighieri, *Divina Comédia*. Nesta epopeia, o poeta italiano retrata uma jornada pelo inferno, purgatório e paraíso, guiada pelo poeta romano Virgílio. Ao longo dessa caminhada, Dante encontra almas condenadas e justificadas, cada uma recebendo punições adequadas às suas ações em vida. A simbólica literária da justiça na obra é profundamente influenciada pelas concepções filosóficas da época, onde a noção de justiça divina e castigo para os pecadores era central.

Vale destacar que a visão do poeta é centrada num juízo particular de mundo laico, conforme expôs em sua obra *Monarchia*, pensamento refletido também na sua magna obra poética, a *Divina Comédia*. Segundo Dante, a autoridade temporal do Imperador emana diretamente de Deus, sem a necessidade de intermediação papal (Bertelloni, 2001). A essa concepção de derivação direta, Dante adiciona um aspecto inovador que não se encontra em Tomás de Aquino: a independência absoluta da autoridade temporal em relação à espiritual. Em contraposição à doutrina do *duplex ordo* de Tomás, Dante apresenta a teoria dos *duos fines* (Bertelloni, 2001). O grande desafio de Dante consistiu em abrir um caminho alternativo ao traçado por Tomás, buscando assegurar a independência completa entre os dois fins (Bertelloni, 2001). Para alcançar tal objetivo, foi necessário reformular os fundamentos filosóficos estabelecidos por

Tomás, que serviam como alicerce de seu pensamento político (Bertelloni, 2001).

No entanto, Dante não estava inteiramente disposto a eliminar por completo a teologia do arcabouço da filosofia moral. Contudo, ele também não aceitava que a política se submetesse à teologia. Se tivesse mantido sua adesão à doutrina do *duplex ordo*, Dante teria que reconhecer que o homem possui um único fim último e, por conseguinte, que a decisão final sobre esse fim último caberia à teologia sobrenatural, ou seja, ao Papa (Bertelloni, 2001). Dessa forma, a supremacia papal permaneceria inalterada. O poeta reconhece que a política e a teologia têm campos de atuação distintos, mas ambos coexistem sob a ordem divina. Portanto, enquanto Dante promove a autonomia do poder temporal, ele nunca abandona a ideia de que a justiça divina é a instância final e inquestionável na *Divina Comédia*.

Na Idade Média, toda a sociedade era construída com base em uma perspectiva mental na qual o dualismo presente em diversas visões de mundo dessa época se unia por meio da noção de ordem (Salgado; Veyl, 2020). Assim, corpo e alma, vida terrena e espiritual, cidade dos homens e cidade de Deus, poder temporal e poder espiritual não eram vistos como conflitantes, mas sim se harmonizavam dentro de uma estrutura hierárquica que sustentava o imaginário medieval (Salgado; Veyl, 2020). Nessa concepção, cada elemento ocupava seu lugar de maneira bem definida, e qualquer ascensão da posição inferior para a superior só poderia ser realizada através dos intermediários apropriados (Salgado; Veyl, 2020). Essa visão ordenada do mundo refletia a crença na importância da hierarquia e da organização social como forma de manter a estabilidade e a coesão da sociedade medieval.

Isso é perceptível à medida que Dante avança pelo purgatório e paraíso, pois ele encontra uma estrutura hierárquica celestial, onde os diferentes níveis de santidade e virtude são representados por diferentes esferas celestiais. Cada esfera é habitada por almas que atingiram diferentes níveis de pureza e conhecimento, e essa ordem é parte integrante da visão de mundo medieval de Dante. Portanto, ao longo de sua jornada, o autor-personagem encontra uma série de exemplos que corroboram a ideia de ordem hierárquica e harmonia entre os diferentes elementos da vida e da existência.

Para fins de melhor compreensão da justiça, faz-se necessária a noção de Direito extraída das obras políticas do italiano. Direito, em sua essência, não busca apenas ordenar as relações entre os indivíduos para satisfazer apenas suas necessidades pessoais, mas tem como objetivo principal promover uma convivência harmoniosa e organizada, o que é conhecido como “bem comum” (Reale, 1998). O conceito de bem comum transcende a simples soma dos interesses individuais ou a média dos benefícios de todos os indivíduos envolvidos. Em vez disso, o bem comum representa a harmonização das ações de cada pessoa, de modo a não prejudicar os interesses dos outros, buscando uma composição equilibrada entre o bem de cada indivíduo e o bem de todos em sociedade (Reale, 1998).

A reflexão acerca do Direito, a partir de uma perspectiva ética, que desvincula a coação como elemento inerente à vida jurídica, foi notavelmente apresentada não por um jurista, mas por um poeta exímio, Dante Alighieri. Para o poeta, o Direito é uma relação real e pessoal entre indivíduos, na qual a manutenção dessa relação preserva a sociedade; por outro lado, se essa relação for corrompida, acaba por corromper a própria sociedade (Reale, 1998). Dante esclarece que essa relação é caracterizada por uma proporção, que, por sua vez, é

uma expressão de medida. O Direito não se trata de qualquer relação entre as pessoas, mas sim de uma relação que envolve uma proporção cuja medida é o próprio homem (Reale, 1998). Em outras palavras, o Direito é construído com base na equidade e na justiça, sendo moldado conforme a essência e a dignidade do ser humano. Sua preservação e aplicação adequada são fundamentais para garantir a harmonia e o bem-estar da sociedade como um todo.

Assim como a noção de Direito ressalta a importância da proporção real e pessoal entre os homens, Dante também enfatiza que a justiça é uma relação que implica uma proporção, cuja medida é o próprio homem. Em ambos os casos, a ideia de medida e proporção é relevante para garantir que as ações e decisões sejam equitativas e ajustadas à natureza humana. Tanto a noção de Direito como a concepção de justiça de Dante estão centradas na busca pelo bem comum e na preservação da sociedade. O Direito, ao visar à convivência ordenada, busca promover o bem-estar geral, e a justiça divina de Dante busca a harmonia na ordem cósmica, onde cada ser encontra seu lugar apropriado em relação a Deus. Ambos os conceitos estão alinhados com o objetivo de alcançar um equilíbrio e uma organização justa na sociedade e no universo. Assim, os erros cometidos voluntariamente pelo ser humano requerem reparação ou punição para restaurar o equilíbrio, também conhecido como justiça.

A visão de dar a cada um o que lhe é justo é uma ideia ancestral que perdura até os dias atuais, sendo a noção mais próxima que temos desse princípio (Rudá, 2018). Essa perspectiva também está intimamente relacionada com a ideia de virtude e é associada à satisfação e felicidade, um conceito que remonta à obra de Aristóteles, onde ele argumentava que toda a virtude se resume nesse ideal (Rudá, 2018). Para o filósofo grego, a justiça é a virtude perfeita, pois é o teste definitivo do caráter humano. Em sua monumental obra,

especialmente no *Livro V da Ética a Nicômaco*, Aristóteles define esse conceito como algo que é legal e, ao mesmo tempo, equitativo (Rudá, 2018). Essa definição ressalta que ela não se limita apenas ao cumprimento de leis estabelecidas, mas também envolve um conceito mais profundo de equidade e imparcialidade.

Ao relacionar as perspectivas de Aristóteles e de Dante, pode-se encontrar paralelos entre a justiça como virtude perfeita, segundo filósofo, e a busca pela harmonia e equilíbrio na ordem divina, segundo o poeta. Ambos os pensadores compartilham a ideia de que a justiça é mais do que meramente seguir leis, mas envolve uma avaliação cuidadosa das ações e um tratamento justo e equitativo para alcançar a harmonia e o bem-estar individual e coletivo.

Na obra *Divina Comédia, Inferno*, a justiça é retratada como retribuição e punição pelos pecados cometidos. As almas condenadas sofrem tormentos apropriados às suas faltas, representando uma simbólica expressão da justiça divina. Cada círculo infernal traz consigo uma mensagem moral e uma reflexão sobre os males da corrupção, traição, luxúria, entre outros pecados. A punição se torna uma expressão emblemática da busca por equilíbrio e ordem no universo dantesco.

Com base na conceituação explorada até agora na obra de Dante, compreende-se que um dos personagens criados pelo poeta desempenha a função de julgar as almas que adentram o Inferno, tornando-se um juiz dentro da *Comédia* (Ferreira, 2021). A presença de um juiz na obra indica que a questão da justiça será abordada. Esse personagem é chamado *Minós* (Inferno, Canto V) e está posicionado nas portas do Inferno, ou seja, já no início do poema, e determinará o destino de todos os personagens apresentados no primeiro livro (Ferreira, 2021).

A figura de *Minós* como juiz simboliza a aplicação da justiça divina. Ele é retratado como um guardião severo que, ao examinar as almas, conhece seus pecados e determina os círculos do Inferno para onde serão enviadas para sofrer suas punições correspondentes. A presença desse personagem e sua função dentro da narrativa evidenciam o papel central da justiça na estrutura da obra.

Dante explora as noções de justiça divina, equidade e expiação, dando forma ao sistema de punições e recompensas com base nas ações dos indivíduos em vida. *Minós* atua como um símbolo dessa justiça, representando a avaliação imparcial das almas e a aplicação adequada das sentenças. A presença desse juiz no início da jornada de Dante enfatiza a importância da justiça como tema central na viagem através do além.

No entanto, é importante notar que *Minós* não é o único responsável por exercer a função de juiz na obra. O próprio Dante, em sua jornada pela *Comédia*, desempenha várias vezes esse papel (Ferreira, 2021). Em algumas situações, ele avalia a severidade das penas impostas às almas, demonstrando compaixão por aqueles que sofrem; noutras ocasiões, também julga os castigos como insuficientes para os crimes cometidos, sugerindo que sejam intensificados (Ferreira, 2021).

Ao longo da sua peregrinação pelos reinos do inferno, purgatório e paraíso, o poeta personagem assume uma postura de observador crítico e reflexivo. Suas reações às cenas que testemunha revelam as complexidades da justiça divina e as implicações morais e éticas das punições infligidas às almas. Enquanto um juiz moral, Dante enfrenta dilemas e questionamentos acerca da equidade das penas e da natureza do sofrimento imposto. Essas reflexões enriquecem a narrativa, proporcionando uma análise profunda dos princípios da justiça, e oferecendo uma visão humana sobre as decisões divinas. Ao assumir esse papel de juiz ao longo da

obra, Dante, como personagem, reflete a complexidade da representação de justiça, bem como sua própria jornada de autoconhecimento e amadurecimento. Sua perspectiva quanto às punições e às recompensas no além evolui à medida que avança em sua jornada.

No *Purgatório*, a ideia de justiça muda, dando espaço à ideia de expiação e redenção. As almas pecadoras têm a chance de se purificarem, enfrentando provações proporcionais aos seus erros e pecados. Nessa jornada de aperfeiçoamento, a justiça se torna mais um instrumento de correção e evolução moral. Já no *Paraíso*, a simbólica literária da justiça transforma-se em harmonia e ordem cósmica. Aqui, a justiça é vista como a vontade divina, onde cada ser encontra seu lugar em um cosmos bem ordenado. As almas no *Paraíso* experimentam a plenitude da justiça, pois estão em perfeita sintonia com o propósito divino e com o cumprimento de suas potencialidades individuais. A visão de justiça presente na literatura dantesca transcende a época em que foi escrita, continuando a influenciar a cultura e a sociedade atual. A obra de Dante reflete a busca humana por uma ordem moral e espiritual, bem como a busca por um senso de justiça que ultrapassa as fronteiras terrenas e adentra as esferas divinas.

Dessa maneira, as concepções histórico-filosóficas da justiça moldaram profundamente a simbólica literária presente na obra de Dante Alighieri. Na cultura grega, o “symbolon” era um sinal de reconhecimento formado pelas duas metades de um objeto que eram divididas entre duas pessoas como um contrato simbólico (Le Goff, 2022). Esse símbolo servia como uma referência a uma unidade perdida, evocando e nomeando uma realidade superior e oculta. No pensamento medieval, cada objeto material era visto como uma representação de algo correspondente em um plano mais elevado, tornando-se, assim, um símbolo que conectava o mundo terreno ao mundo sagrado (Le Goff, 2022). Essa busca

por símbolos tinha o propósito de encontrar chaves que permitissem acessar o mundo sagrado, o verdadeiro e eterno, onde a salvação poderia ser alcançada. Os atos devocionais desempenhavam o papel de atos simbólicos pelos quais as pessoas buscavam o reconhecimento divino e tentavam obrigar Deus a cumprir o contrato estabelecido com Ele (Le Goff, 2022).

A partir dessa perspectiva, o poeta italiano presenteia a humanidade com uma rica exploração dos diferentes aspectos da justiça, desde a retribuição punitiva no *Inferno* até a harmonia cósmica no *Paraíso*. Ao fazê-lo, ele proporciona ao leitor uma reflexão atemporal sobre a natureza da justiça, suas múltiplas dimensões e sua importância para a organização da sociedade humana. A *Divina Comédia* permanece como uma obra-prima que continua a inspirar e instigar debates sobre a justiça e sua simbólica na literatura e na cultura em geral.

O PAPEL DA JUSTIÇA DIVINA NA OBRA DE DANTE

Dante Alighieri teve uma relação significativa com a religião em sua vida e obra, pois nasceu em uma família que o criou e educou na fé católica romana. Durante sua época, a Igreja Católica era uma instituição poderosa e influente na Itália e na Europa, exercendo um papel importante na sociedade e na política. Como consequência, a sua obra literária utiliza-se de elementos religiosos e teológicos do catolicismo como base para a construção da narrativa. Tendo em vista que a filosofia teológica medieval bebeu de toda a filosofia aristotélica, faz-se necessário compreender como Aristóteles concebia a relação do homem com o cosmos.

Aristóteles acreditava que o universo (cosmos) era uma intrincada rede de conexões, onde cada elemento possuía uma finalidade específica, não sendo resultado do acaso. Essa concepção estava em sintonia com a ideia da *phýsis* na Grécia

Clássica, que enxergava o universo como uma totalidade harmoniosa dentro do cosmos (Aristóteles, 2016). Cada ser vivo, seja animal, vegetal ou parte da natureza, tinha um propósito único e bem definido, que se alinhava com o seu Bem particular dentro dessa organização cósmica (Aristóteles, 2016). Em suma, para o filósofo, o universo funcionava de forma ordenada, onde tudo tinha uma razão de ser e se encaixava perfeitamente dentro de um conjunto maior.

A relação do homem com o cosmos é estabelecida através da ideia de que os seres humanos são parte do todo cósmico e têm um lugar específico nesse arranjo ordenado. Para Aristóteles (2016), a busca pela felicidade (eudaimonia) e pela virtude moral está diretamente relacionada ao alinhamento das ações humanas com a ordem e propósito do cosmos. Ele via a natureza humana como dotada de uma “causa final”, ou seja, um objetivo ou finalidade a ser alcançado. Através da razão e da virtude, os seres humanos podem buscar a plenitude de suas potencialidades e viver em acordo com a natureza. Embora a punição da alma após a morte não seja uma questão central na filosofia aristotélica, sua abordagem concentra-se mais nas ações e escolhas dos indivíduos durante a vida, e como essas ações podem levar a uma vida bem vivida ou não.

Na obra *A Divina Comédia*, desde o início da narrativa, o autor apresenta a justiça divina como a força regente do universo, aquela que mantém a ordem e equidade em toda a criação. A representação de Deus como o supremo juiz e árbitro das almas é constante ao longo da obra. As ações e escolhas de cada indivíduo são submetidas a um exame rigoroso, e a justiça divina é personificada nas punições e recompensas aplicadas aos habitantes dos diferentes reinos.

De acordo com o Hans Kelsen (2007), a analogia com o governo divino era um recurso demandado pelos pensadores medievais e também por Dante, com o propósito de realçar a

superioridade da forma monárquica. Segundo Kelsen (2007), a ordem terrena do mundo é considerada uma imagem da ordenação divina do universo, o que torna a forma de Estado monárquica necessária para unificar a humanidade na terra

Kelsen enfatiza que durante a Idade Média, a analogia entre a estrutura do governo terreno e o governo divino era uma estratégia comum para ressaltar a importância e a legitimidade da monarquia (Kelsen, 2007). Os medievalistas acreditavam que a ordem na Terra refletia a ordem divina no universo. Nesse contexto, a monarquia era considerada a forma mais apropriada de governo, pois assim como Deus reina supremamente no universo, o monarca governa soberanamente sobre o reino terreno, unindo a humanidade sob uma única autoridade. Essa visão buscava justificar a autoridade monárquica como um reflexo da ordem divina e, conseqüentemente, como a forma mais adequada de governar a sociedade.

Nas representações do purgatório e do paraíso, Dante explora a ideia de ordem e hierarquia na sociedade e no cosmos, refletindo a concepção medieval de que a estrutura hierárquica do governo terreno é uma imagem da ordenação divina do universo. Essa visão reforça a ideia de que a monarquia é a forma de governo mais adequada e superior, pois assemelha-se à monarquia infinita de Deus. Portanto, a *Divina Comédia* apresenta a visão medieval de harmonia e ordem, onde a forma monárquica é vista como um reflexo da vontade divina e essencial para a unidade e estabilidade da sociedade.

No *Inferno*, a justiça divina é retratada através das punições proporcionais aos pecados cometidos. Cada círculo infernal é dedicado a punir um tipo específico de pecado, e os condenados enfrentam tormentos adequados às suas transgressões. A simbólica literária da justiça aqui enfatiza a

noção de que a corrupção e o mal têm consequências inevitáveis e que cada alma é responsável por seus atos. No *Purgatório*, a justiça divina é percebida de maneira mais redentora. As almas têm a oportunidade de se purificarem através de provações e sofrimentos, preparando-se para ascenderem ao Paraíso. A justiça divina é vista como uma força que não apenas pune, mas também oferece a chance de arrependimento e redenção. No *Paraíso*, a justiça divina é simbolizada através da harmonia cósmica. As almas que alcançam esse reino estão em perfeita sintonia com a vontade divina, desfrutando da plenitude do conhecimento e da verdade. A justiça aqui é a realização final das potencialidades individuais e a ordem celestial que governa todo o universo.

Dante apresenta a justiça divina como uma força imparcial e inquestionável. As decisões de Deus não são influenciadas por favoritismos ou caprichos, mas fundamentadas em uma perfeita sabedoria e justiça. A obra ressalta a importância de se viver de acordo com os princípios morais e éticos, pois cada ação tem consequências não apenas na vida terrena, mas também além dela. Essa justiça é profundamente enraizada na tradição cristã medieval, onde a crença na vida após a morte e na prestação de contas pelas ações é central. Dante utiliza uma rica simbólica literária para transmitir essa visão de justiça divina e suas implicações na trajetória das almas.

A presença da justiça divina na obra de Dante também tem relevância além do contexto religioso. Através da personificação da justiça divina, o poeta italiano oferece uma reflexão profunda sobre os valores morais e éticos, incentivando a busca pela retidão e integridade em todas as esferas da vida. Ele explora as consequências das ações humanas, estabelecendo uma conexão profunda entre o comportamento terreno e o destino eterno das almas. A justiça divina é representada como uma força imparcial, regente e

necessária para a manutenção da ordem e equidade na criação. Essa representação atemporal da justiça divina continua a inspirar reflexões sobre a moralidade, o arrependimento e a busca pela perfeição espiritual na sociedade contemporânea.

A REPRESENTAÇÃO DOS CORRUPTOS FRAUDADORES NA OBRA DE DANTE ALIGHIERI

Platão, filósofo grego do século V a.C., abordou a questão da corrupção em algumas de suas obras, principalmente em *A República*. Para ele, a corrupção ocorre quando a justiça e a ordem são substituídas por desordem, injustiça e busca de interesses egoístas. Segundo suas ideias, influentes na obra dantesca, a justiça deve exercer uma firme e determinada limitação nas funções específicas que cada classe social deve cumprir (Platão, 2001). Essa virtude atua nas relações políticas direcionando todas as outras virtudes presentes nas diferentes classes para um único objetivo.

A supremacia da justiça, considerada a virtude fundamental, ressalta a relevância do bem alheio. Esse bem alheio engloba os interesses e bens individuais de cada pessoa, mas que são compartilhados para o aprimoramento da comunidade como um todo (Platão, 2001). Essa coletivização do bem alheio é o cerne para a concepção de uma cidade, onde pessoas se unem em torno do bem comum e da busca pela felicidade coletiva (Platão, 2001). Assim, a justiça desempenha o papel essencial de harmonizar interesses individuais e coletivos, permitindo a construção de uma sociedade mais unida e próspera.

Platão descreve sua visão de uma cidade ideal, na qual os cidadãos são divididos em três classes: os governantes, os guardiões e os produtores. Cada classe deve desempenhar seu papel de acordo com suas habilidades naturais, e o bem comum deve ser o objetivo final. No entanto, ele também

reconhece que a corrupção pode surgir quando as pessoas buscam seus próprios interesses e abandonam a virtude e a justiça (Platão, 2001). Ele identifica diversas formas de corrupção, como a ganância, a ambição desmedida, a corrupção moral e a busca pelo poder sem responsabilidade. Para o filósofo, a educação desempenha um papel fundamental na prevenção da corrupção. Ele acreditava que a formação adequada dos cidadãos, baseada em valores morais e éticos, era essencial para garantir a estabilidade e a integridade da sociedade.

A cidade ideal de Platão pode ser compreendida como um espelho ampliado da alma humana. Ele concebe a alma, ou *psyche*, como uma tríade distintiva (Platão, 2001). Primeiramente, há uma parte localizada no ventre do ser humano, responsável por abrigar as paixões e desejos, bem como pela preservação do corpo e reprodução (Platão, 2001). Essa parte é caracterizada como irracional e mortal. Em seguida, temos uma outra parte, situada no peito, responsável pela manifestação da ira contra tudo o que ameaça o corpo e pode causar sofrimento (Platão, 2001). Essa parte, também irracional e mortal, desempenha o papel de proteger o corpo. Por último, encontramos a parte mais elevada da alma, localizada na cabeça, responsável pela função racional e pelo conhecimento. Essa parte é considerada a mais elevada, espiritual e imortal, representando o princípio divino intrínseco ao ser humano (Platão, 2001). A analogia entre a cidade ideal e a alma humana permite a Platão explorar os elementos essenciais para alcançar uma sociedade justa e harmoniosa, onde cada parte, assim como cada indivíduo, exerça sua função apropriadamente, resultando em uma organização social virtuosa e equilibrada.

Essa analogia de Platão também se reflete na estrutura hierárquica do paraíso dantesco, onde as almas estão organizadas em esferas celestiais, cada uma representando um

nível de virtude e conhecimento. A harmonia entre essas almas resulta em uma sociedade celestial perfeita, onde cada alma exerce sua função apropriadamente, assim como cada indivíduo deve encontrar seu lugar e propósito na sociedade terrena. Já no Inferno, Dante encontra uma representação simbólica das almas que estão em desordem moral e empecilhos para alcançar a harmonia com o divino. Cada círculo do *Inferno* retrata diferentes tipos de pecados e transgressões, e os pecadores estão em uma situação de desequilíbrio espiritual. Assim como uma cidade em desordem e corrupção não pode ser considerada justa e harmoniosa, as almas no Inferno também estão em um estado de desarmonia e sofrimento devido às suas más escolhas e comportamentos imorais.

Dante Alighieri utiliza sua jornada pelo Inferno para ilustrar a consequência inevitável dos atos corruptos e injustos, representando, assim, a justiça divina em ação. Cada alma punida é uma representação da corrupção humana e dos males que decorrem quando a alma não é governada pela virtude e pela justiça. *A Divina Comédia* oferece uma rica representação das consequências enfrentadas pelos corruptos e fraudadores. Nesta viagem, o poeta italiano emprega uma simbólica literária poderosa para retratar vividamente as punições reservadas para aqueles que se entregaram a práticas injustas e imorais.

No primeiro livro, *Inferno*, Dante é guiado pelo poeta romano Virgílio através dos nove círculos infernais, cada um dedicado a punir diferentes tipos de pecados. Entre eles, os corruptos e fraudadores ocupam um lugar proeminente, encontrando-se no oitavo círculo, chamado de Malebolge. Este lugar é totalmente feito de pedra, com a cor do ferro, e é cercado por uma muralha igualmente sombria. Nele, encontram-se os condenados por fraude e traição, submetidos a diferentes tormentos simbólicos que refletem seus pecados

terrenos. Esse círculo específico é dividido em dez fossos, conhecidos como “Bolgias”, que lembram os fossos que protegem castelos. Essas fossas são interligadas por pontes e são detalhadamente descritas entre os Cantos 18 e 30 da obra.

No Canto XXI, Dante encontra uma série de demônios que empurram os condenados, que estão mergulhados em uma espécie de lago de alcatrão. Os condenados neste círculo são os “barradores”, pessoas que usavam sua posição de poder para se beneficiar de forma fraudulenta, como funcionários corruptos ou políticos desonestos. Os corruptos, então, são representados como almas enfiadas em bolsas de chumbo, uma metáfora da pesada carga de suas ações desonestas. Cada alma é forçada a marchar em um eterno cortejo ao redor do Malebolge, simbolizando a repetição implacável de seus atos corruptos na vida terrena.

Entre os fraudadores, Dante inclui figuras históricas e políticas, bem como religiosas, demonstrando sua visão crítica em relação à corrupção em várias esferas da sociedade, conforme mostram os versos 37 ao 42: *O Malebranche/ eis um dos anciãos de Santa Zita!/ Atirem-no abaixo, que eu volto para buscar mais/ àquela terra, que deles é bem fornida:/ lá todos são venais, exceto Bonturo;/ por dinheiro, o não se transforma em sim.*

De acordo com os estudiosos e comentaristas da obra, o “ancião de Santa Zita” mencionado no texto refere-se a um dos magistrados de Lucca, uma cidade localizada na região da Toscana, Itália (van Erven, 2013). Lucca tinha como padroeira a santa conhecida como Santa Zita. Essa referência pode indicar que o personagem condenado na quinta vala do Malebolge (círculo do Inferno) era um político ou autoridade corrupta de Lucca, que utilizou seu cargo público para fins ilícitos e prejudiciais à sociedade (van Erven, 2013).



Assim, o demônio retorna à corrompida cidade de Lucca, e sua premência sugere a Dante, na figura do autor, uma comparação vívida, conforme mencionado no canto: nunca um cão solto foi tão apressado em perseguir o ladrão. E quanto ao recém-chegado pecador, lançado ao fervente lago de piche e mantido submerso (ao emergir, recebeu cem aguilhoadas), de forma análoga, inspira a situação de um cozinheiro (van Erven, 2013).

De modo semelhante, assim como o cozinheiro orienta seus ajudantes a espetar a carne para que ela afunde no fundo do caldeirão e não boie, o demônio age com presteza ao retornar à cidade corrupta de Lucca. A comparação, apresentada nos versos 56 e 57, revela a rapidez e a determinação com que o demônio retoma sua atividade após uma breve ausência, refletindo a ideia de que ele está prontamente voltando ao “trabalho” de punir os condenados no Inferno. Ao usar essa analogia com a prática culinária, Dante explora a simbólica literária da justiça divina e a punição dos corruptos fraudadores, enfatizando a implacabilidade com que a lei divina é aplicada aos pecadores.

No canto seguinte, Canto XXII, a mente de Dante, porém, estava completamente absorvida pela visão da lagoa fervente de piche. Nesse cenário sinistro, o poeta habilmente apresenta duas comparações notáveis em relação aos condenados que se encontram imersos no tormentoso líquido. Na primeira comparação, ele os assemelha aos golfinhos, que emergem brevemente à superfície da água, semelhantemente aos condenados que buscam um momento de alívio em meio à pena agonizante que lhes é imposta. A segunda analogia traz à mente a imagem das rãs.

Essas comparações, com sutileza poética, evidenciam a habilidade de Dante em transmitir a atmosfera vívida e impactante do Inferno, utilizando-se de figuras e metáforas

para expressar as sensações e emoções que permeiam esse cenário sombrio. Ao associar os condenados a seres aquáticos, ele enfatiza a constante luta e sofrimento que os atormenta no Inferno, onde buscam, ainda que por breves instantes, um respiro de alívio em meio às chamas eternas. Essa abordagem simbólica reforça o poder e a riqueza da linguagem utilizada por Dante para transmitir a complexidade da experiência humana na jornada épica através dos reinos do além.

Após uma sessão de suplícios infernais pelo demônio chamado *Rubicarte*, nos versos 40 ao 42, um dos apenados, solicitado por Virgílio e a pedido de Dante, revela ser de Navarra e ter servido na corte do rei Teobaldo, onde praticou “barataria”, uma conduta corrupta ou ilegal envolvendo o tráfico de influência ou venda de cargos públicos. Essa prática condenável o levou à punição no local em que se encontra, no oitavo círculo do Inferno.

A afirmação é ilustrada por uma metáfora, no verso 58: *Entre gatas más caíra o rato*. Essa figura de linguagem simboliza a situação do condenado, representando-o como um rato que caiu entre gatas más, ou seja, ele foi envolvido em práticas corruptas e venais, tornando-se vítima de suas próprias ações inescrupulosas.

Comentadores antigos se referem a *Rubicarte* como *Ciampolo* ou *Giampolo*, e mencionam o uso que ele fez das funções que exercia na corte de Teobaldo em benefício próprio (van Erven, 2013). Isso destaca a sua participação ativa na corrupção política e administrativa, abusando do poder e influência que tinha para obter vantagens pessoais, em detrimento do bem comum. Nesse trecho, Dante continua a descrever as punições e penitências dos condenados no Inferno, revelando a diversidade de crimes e pecados que levaram à sua condenação. A menção de *Rubicarte* como praticante de barataria destaca a crítica do poeta à corrupção e

à ganância, enfatizando a importância da justiça e da honestidade nas ações humanas.

Além disso, a própria descrição do Inferno como um lugar de trevas, fogo e desespero, cria uma atmosfera sombria que simboliza a perda da moralidade e da integridade daqueles que caíram no abismo da corrupção. Dante utiliza recursos literários como alegorias, metáforas e descrições sensoriais vívidas para transmitir a gravidade dos atos corruptos e suas consequências implacáveis.

Ao condenar os corruptos e fraudadores a tormentos eternos em sua obra, Dante expressa sua crença na justiça divina e na ideia de que, em última instância, as ações humanas terão consequências adequadas. Essa simbólica literária serve como um lembrete contundente de que a corrupção é uma afronta aos princípios fundamentais da justiça e do equilíbrio na ordem do universo. Como resultado, a *Divina Comédia* de Dante Alighieri continua a ser uma obra atemporal que inspira reflexões profundas sobre a natureza humana e a importância da ética e da integridade na sociedade.

O INFERNO DE DANTE COMO ALEGORIA DA PUNIÇÃO AOS CORRUPTOS E FRAUDADORES DE SUA ÉPOCA

Na *Divina Comédia*, observa-se claramente esse processo em que o autor, Dante Alighieri, seleciona momentos específicos da história de cada indivíduo para encaixá-los na lógica estabelecida em seu cosmos literário. Movido pela crença de que a sociedade estava em decadência, o poeta não hesita em utilizar argumentos que expressam sua indignação e revolta em relação ao estado atual das coisas, sobretudo em relação a Florença e à Itália em geral (Junqueira Filho, 2011). O autor expõe a corrupção e critica todos os que estão associados a ela, ao mesmo tempo em que defende a dignidade e a justiça

como fundamentais para restaurar um estado de harmonia na sociedade (Junqueira Filho, 2011).

A Europa estava passando por um momento de intensas mudanças que afetaram diversos aspectos da sociedade. Essas transformações abrangeram desde a política até a economia e a religião, impactando profundamente a vida das pessoas. Diante desse cenário, a obra dantesca carrega uma crítica direcionada, sobretudo, às transformações políticas, sociais, econômicas e religiosas da época.

Dois grupos políticos rivais, Guelfos e os Gibelinos, protagonizaram um conflito prolongado durante a Idade Média na Itália. Essa disputa era conhecida como a Guerra entre Guelfos e Gibelinos e teve suas origens no século XII, estendendo-se até o século XIV. Ambas eram facções políticas que representavam diferentes interesses e alianças na península italiana. A origem dos nomes não é muito clara, mas acredita-se que “Guelfo” seja uma referência à família dos Welf, que apoiava o papa e o poder papal na região. Enquanto isso, “Gibelino” pode ser associado à família dos Hohenstaufen, uma dinastia de imperadores germânicos e partidários do poder imperial (Lisboa, 2022).

Os Guelfos geralmente apoiavam a autoridade do papa e dos governantes civis locais, buscando uma maior autonomia política das cidades e estados italianos em relação ao poder central imperial. Eles eram vistos como defensores da Igreja Católica e do poder papal. Por outro lado, os Gibelinos apoiavam o poder do imperador do Sacro Império Romano-Germânico e defendiam uma maior centralização do poder político. Eles buscavam enfraquecer a influência do papa e das autoridades locais, a fim de fortalecer o poder imperial.

Essa rivalidade levou a conflitos frequentes, guerras e intrigas políticas nas cidades e regiões italianas, com diferentes

alianças sendo formadas ao longo do tempo. Essas disputas tornaram a Itália um cenário de instabilidade política e social, dificultando a formação de um governo unificado e enfraquecendo a posição do país diante de outros poderes europeus. Por séculos perduraram as lutas internas entre essas facções e desempenharam um papel significativo na história política e social da Itália medieval. Essa guerra foi uma parte importante do contexto político em que Dante Alighieri viveu, já que o mesmo figurava nas fileiras da cavalaria guelfa, com seus 24 anos (Leonardo Bruni, 2012).

Em 1301, a facção política dos Guelfos Negros, aliados do papa, assumiu o controle de Florença, e Dante, por ser membro dos Guelfos Brancos, foi acusado de corrupção e malversação de fundos públicos (Lisboa, 2022). Como resultado, ele foi exilado de Florença em 1302 e nunca mais retornou à cidade. Dante era membro da facção dos Guelfos Brancos, que defendiam uma maior autonomia política para a cidade e buscavam, em certa medida, limitar a influência do papa e do poder papal sobre os assuntos locais (Lisboa, 2022). No entanto, os Guelfos Negros, que eram aliados do papa e buscavam maior centralização do poder papal em Florença, assumiu o controle da cidade.

Em resposta à perda do poder político, Dante foi acusado de corrupção e malversação de fundos públicos, acusações que eram frequentemente usadas na época para eliminar ou descreditar oponentes políticos. Em um julgamento à revelia, ou seja, sem a presença do réu, Dante foi condenado e sentenciado ao exílio de Florença e ao pagamento de uma pesada multa (Lisboa, 2022).

A punição de exílio significava que Dante foi proibido de retornar a Florença sob pena de morte. Ele passou o restante de sua vida vagando por várias cidades italianas, incluindo Verona e Ravenna, onde continuou a escrever e a trabalhar em

sua obra-prima, *Commedia*. Tanto a condenação quanto o exílio de Dante foram motivados por questões políticas e rivalidades entre facções em Florença, e suas opiniões políticas desempenharam um papel importante na sua trajetória pessoal e na forma como ele retratou a sociedade e o governo em sua obra literária. O tema da justiça, a corrupção e as trapaias políticas são recorrentes em *Commedia*, o que pode ser visto como uma reflexão de suas experiências e das injustiças que ele testemunhou em sua vida.

O poeta buscava não apenas representar os acontecimentos de sua época, mas também expressar sua inquietação em relação aos rumos que a sociedade estava tomando. Seu olhar crítico voltava-se para as estruturas políticas corruptas e para os conflitos sociais que minavam a harmonia da comunidade. Além disso, a ascensão de uma nova ordem econômica e as mudanças no campo religioso também influenciaram o autor, levando-o a refletir no que concerne a importância da fé e da moral na vida das pessoas.

No *Inferno*, os corruptos são retratados enfrentando punições simbólicas que refletem seus atos injustos e imorais. Cada alma encontra-se aprisionada em bolsas de chumbo, uma metáfora poderosa da carga pesada de suas ações desonestas. O cortejo contínuo ao redor do Malebolge representa a repetição interminável dos atos corruptos durante suas vidas. Os fraudadores, por sua vez, são divididos em diferentes categorias, incluindo os falsificadores, que enfrentam tormentos que distorcem seus corpos, simbolizando a natureza enganosa de suas ações passadas. A alegoria do Inferno de Dante é repleta de descrições sensoriais vívidas, como trevas, fogo e desespero, criando uma atmosfera sombria que representa a perda da moralidade e integridade dos condenados.

Além de uma denúncia das falhas morais individuais, a obra também carrega uma crítica social e política. O poeta inclui figuras históricas, políticas e religiosas entre os corruptos e fraudadores, revelando sua visão crítica com relação à corrupção nas várias esferas da sociedade. Assim, a representação do Inferno como alegoria da punição aos corruptos e fraudadores em *Commedia* não apenas reflete a crença de Dante na justiça divina, mas também ressalta a importância que ele dava a uma sociedade justa e ética. A punição implacável reservada aos condenados serve como um lembrete contundente dos perigos da corrupção e da necessidade de valores éticos para a construção de uma ordem social equilibrada.

A RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA DA SIMBÓLICA LITERÁRIA DA JUSTIÇA EM DANTE ALIGHIERI

Rawls (1997) enfatiza que a justiça é o fundamento primordial das instituições sociais, assim como a verdade é essencial para os sistemas de pensamento. Uma sociedade pode ser considerada bem ordenada não apenas quando é concebida para promover o bem-estar de seus membros, mas também quando é devidamente regulada por uma noção compartilhada de justiça. Isso significa que todos os indivíduos (1) aceitam e sabem que os outros também aceitam os mesmos princípios de justiça e (2) as principais instituições sociais geralmente satisfazem, e é amplamente conhecido que satisfazem, esses princípios (Rawls, 1997). Em uma sociedade assim estruturada, a justiça é o alicerce que sustenta as relações entre os indivíduos e molda o funcionamento harmônico do coletivo.

Nesse âmbito, um aspecto importante da simbólica literária da justiça de Dante é sua abordagem crítica em relação à corrupção e à ganância presentes em diversas esferas da

sociedade. Ao retratar os corruptos e fraudadores enfrentando punições adequadas aos seus atos, o poeta italiano denuncia a degradação moral e social decorrente dessas práticas. Essa crítica continua ressoando na contemporaneidade, em meio a escândalos de corrupção e desvios de conduta que desafiam a integridade das instituições e da vida pública. Assim, a simbólica literária da justiça em *A Divina Comédia* mantém uma relevância ímpar na contemporaneidade, uma vez que aborda questões atemporais e universais sobre a natureza humana, a ética, a moralidade e a busca pela justiça. Por meio dessa magnífica epopeia, Dante transcende o tempo e o espaço, proporcionando reflexões profundas que ecoam na sociedade moderna.

Uma das principais contribuições da simbólica literária da justiça dantesca é sua capacidade de refletir acerca das consequências das ações humanas. Ao retratar o *Inferno* como uma representação das punições proporcionais aos pecados, Dante convida-nos a uma reflexão no âmbito da responsabilidade moral e ética que cada indivíduo tem sobre suas escolhas e comportamentos. Além disso, a obra também destaca a importância da redenção e do arrependimento como caminhos para a purificação das almas. Através da representação do *Purgatório*, Dante lembra-nos da capacidade humana de se regenerar e buscar a transformação positiva. E, através da alegoria do *Paraíso*, o poeta mostra-nos uma visão de justiça divina e de harmonia cósmica, onde cada ser encontra seu lugar e propósito dentro de um universo bem ordenado. Essa concepção de justiça como um equilíbrio universal, baseado na sabedoria divina, pode ser interpretada como uma chamada à busca por um senso de harmonia e entendimento entre os seres humanos na atualidade.

A Divina Comédia também oferece uma rica reflexão quanto à relação entre ética e política, explorando a importância de uma governança justa e responsável. As lições

de Dante a respeito da necessidade de líderes íntegros e comprometidos com o bem comum permanecem relevantes para os desafios políticos contemporâneos, onde a busca pelo poder muitas vezes se distancia dos princípios éticos e da justiça social. Além disso, a representação do *Inferno* como um lugar de tormento e sofrimento para os condenados levanta questões no tocante à natureza do castigo e da retribuição. Nos debates contemporâneos quanto ao sistema de justiça penal e às suas abordagens à reabilitação *versus* punição, as reflexões de Dante acerca das consequências dos atos e suas punições têm relevância para os discursos atuais sobre reformas e políticas penitenciárias.

A simbólica literária da justiça de Dante também oferece percepções sobre a natureza humana e a busca pela verdade e sabedoria. As almas no *Paraíso* desfrutam da plenitude do conhecimento e da harmonia com a vontade divina. Essa busca pela verdade e pelo entendimento, presente na obra, pode ser vista como um lembrete da importância da busca pelo conhecimento e pela sabedoria na sociedade contemporânea, onde a desinformação e a manipulação da verdade são desafios significativos.

Outro aspecto relevante é a representação da justiça divina como uma força imparcial e inquestionável. Dante enfatiza que as decisões de Deus são fundamentadas em uma perfeita sabedoria e justiça, sem influência de favoritismos ou caprichos. Essa concepção da justiça divina pode ser interpretada como uma inspiração para a busca por imparcialidade e equidade em sistemas judiciais e processos de tomada de decisão contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simbólica literária da justiça na *Commedia*, de Dante Alighieri, revela-se uma profunda exploração dos princípios éticos e morais que regem o universo. Ao longo da jornada épica do poeta pelos reinos do Inferno, Purgatório e Paraíso, a justiça assume diversas formas simbólicas, retratando a retribuição pelos atos humanos e a busca pela harmonia entre o divino e o humano. No contexto específico dos corruptos fraudadores, o Inferno dantesco emerge como uma representação impressionante de suas penas apropriadas, refletindo a crença medieval na ordem cósmica e no equilíbrio divino.

No Inferno, as punições são simbólicas de acordo com os pecados cometidos pelos condenados. Os corruptos fraudadores, que utilizaram o poder público para benefício próprio, são representados como serpentes mergulhadas em um lago de piche fervente. A metáfora da serpente, um símbolo do engano e traição, reflete sua natureza corrupta e sua punição eterna no piche, simbolizando a perpetuação de suas más ações.

A figura de Minós, o juiz infernal que decide o destino das almas no primeiro círculo do Inferno, personifica a justiça divina. A sua presença reforça a ideia de que a retribuição pelas ações humanas não é arbitrária, mas corresponde a uma proporção justa. As punições são proporcionais aos pecados cometidos, e cada alma recebe o castigo adequado à sua transgressão, enfatizando a simetria e o equilíbrio na justiça divina.

A jornada de Dante no Inferno também revela a visão do poeta a respeito da importância da memória e do reconhecimento dos atos humanos. O Rio Estige, que representa o esquecimento, é atravessado pelas almas condenadas, simbolizando a perda de identidade e o apagamento das memórias de suas más ações. Ao contrário, as



almas virtuosas no Purgatório enfrentam um processo de purificação, lembrando-se de seus erros e arrependendo-se, buscando a redenção e a salvação.

A simbólica literária da justiça na *Divina Comédia* não se restringe apenas à punição dos corruptos fraudadores. A obra como um todo reflete uma visão ampla a respeito da justiça, desde a representação das punições no Inferno até a jornada de purificação no Purgatório e a ascensão ao Paraíso. Cada reino apresenta diferentes aspectos da justiça, abordando temas como retribuição, arrependimento, equilíbrio e harmonia.

Em todo o percurso de Dante, a figura de Virgílio desempenha um papel significativo, representando a sabedoria e a razão humana. Virgílio guia o poeta através dos reinos infernais e purgatoriais, fornecendo-lhe orientação e compreensão sobre a justiça divina. Essa presença simboliza a busca do conhecimento e da verdade como instrumentos para compreender os princípios da justiça e sua relação com a vida humana.

Além disso, a simbólica da justiça também se relaciona com a ideia de harmonia e ordem cósmica na obra. Cada reino apresenta uma estrutura hierárquica e uma ordem específica, refletindo a crença medieval na importância da harmonia entre o divino e o humano. A punição dos corruptos fraudadores no Inferno dantesco é uma representação simbólica dessa ordem, onde cada alma ocupa sua posição de acordo com suas ações em vida.

O símbolo literário da justiça em *Commedia* ressalta a importância do equilíbrio entre a ação humana e sua consequência. Pois, cada alma é responsável por suas escolhas e enfrenta a retribuição adequada por seus atos. A obra apresenta uma visão complexa e abrangente sobre a justiça,



explorando suas diversas facetas e reflexões sobre a vida, a morte, a punição e a busca pela salvação. A punição dos corruptos fraudadores no Inferno dantesco é um dos muitos elementos simbólicos que contribuem para a riqueza e a profundidade desta obra-prima da literatura.

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. Edição bilíngue; Tradução e notas de Italo Eugenio Mauro. 1. ed. São Paulo: Ed 34, 1998.

ALIGHIERI, Dante. **Monarchia**. Milão, Biblioteca Universale Rizzoli- Rizzoli Libri S.A, 1988.

ARISTÓTELES. 384-322 a.C. **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas de Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2016.

BERTELLONI, Francisco. La contribución de la filosofía a la formación del pensamiento político laico a fines del siglo XIII y comienzos del siglo XIV. **Mirabilia**, n. 1, p. 189-203, dez., 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2226891.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FERREIRA, Ana Flávia Gonzalez. **Aspectos jurídico-penais na Divina Comédia: as lições sobre a punição e a regra do contrapasso de Dante Alighieri**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8148/tde-21022022-212152/pt-br.php> Acesso em 24 jun. 2024.

JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos Uchôa. A “grandeza repulsiva, amiúde detestável” do Inferno de Dante. **Jornal de**



Psicanálise, São Paulo, v. 44, n. 81, p. 245-252, dez., 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v44n81/v44n81a19.pdf> Acesso em: 30 jun. 2024.

KELSEN, Hans. **La teoria del estado de Dante Alighieri**. Trad. Juan Luis Requejo Pagés. Oviedo: KRK Ediciones, 2007.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002.

LEONARDO BRUNI. Vida de Dante. In: AUBERT, Eduardo Henrik. **Vidas de Dante – Escritos Biográficos dos Séculos XIV e XV**. São Paulo: Ateliê Editorial, Kindle Edition, 2012.

LISBOA, Eduardo Leite. **História, a espinha dorsal do pensamento político de Dante Alighieri (1265- 1321)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. 102 f. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3628/1/Eduardo%20Leite%20Lisboa.pdf> Acesso: 15 ago. 2024.

PLATÃO. **A República**. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, 9. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

RAWLS, John. **Uma Teoria da justiça**. Tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

RUDÁ, Antonio Sólon. **Breve História do direito penal e da criminologia: do primitivismo criminal à Era das escolas penais**. 5. ed. Brasília: IJASR, 2018.



SALGADO, Karine; VEYL, Raul Salvador Blasi. Justiça em Dante Alighieri: uma leitura entre a política e a arte. In: SALGADO, Karine (org). **Para além das palavras: reflexões sobre arte, política e direito**. Minas Gerais: Editora Fi, 2020. p. 135-156.

VAN ERVEN, Domingos. **Sobre a Divina Comédia – Inferno**. Curitiba: Clube dos Autores, 2013.

Recebido em 02/09/2024.

Aprovado em 03/11/2025.